

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS REUNIÕES DO PDRS-X: DISCURSOS MASCULINOS, FALAS FEMININAS.

(...) O discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que se luta, o poder do qual procuramos apoderar-nos.

Michel Foucault, in 'A Ordem do Discurso'

APRESENTAÇÃO

Este ensaio tem por objetivo apresentar e discutir a configuração do Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu - PDRSX no âmbito das relações de gênero e da participação social representada pelos segmentos governamentais e da sociedade civil. O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu surge da parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Pará e constitui-se em um dos instrumentos para a descentralização das políticas públicas com a implantação do projeto UHE Belo Monte na região. Tendo em vista as infraestruturas demandadas pelo projeto tornou-se prioridade absoluta a elaboração de um planejamento para a região visando a maximização dos benefícios gerados pelos empreendimentos e a mitigação de possíveis impactos negativos, especialmente os de natureza social e ambiental. (PDRS-X, 2010).

A gestão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável- Xingu é feita pelo Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (CGDEX) de que trata o art. 2º do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, da Presidência da República com a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população da Região do Xingu, com justiça e igualdade, por meio de um novo modelo de desenvolvimento sustentável. (PDRSX-2010.)

O CGDEX se constitui como um espaço para discussão, definição de prioridades e acompanhamento da execução de ações para o desenvolvimento sustentável da Região do Xingu e tem como princípios, a democracia, a participação social, a transparência, a garantia do contraditório e o respeito entre os agentes governamentais e a sociedade civil.

Segundo seu regimento o CGDEX é composto de forma paritária por quinze membros titulares representantes de órgãos governamentais e quinze membros titulares representantes da sociedade civil com igual número de suplentes, indicados nos termos do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010.

Tendo em vista esta conjuntura, a proposição deste trabalho consiste em abrir outros espaços de informação e de reflexão, no sentido de produzir leituras mais críticas e descentradas, além daquelas focadas nos objetivos e ações desenvolvidas no contexto do PDRS-X e de seu Comitê Gestor. Nesta direção apresentamos a discussão sobre a participação social e as relações de gênero no âmbito do PDRSX, com o

objetivo de situar no campo da linguagem e do sexo as configurações das falas masculinas e femininas, no que se refere a enunciação e a força da representação, ou esvaziamento daquilo que se enuncia. Esta discussão aponta para um caminho que leva em conta a linguagem, não enquanto determinada ou determinante, mas enquanto veículo e instrumento de representações e comportamentos.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho adotamos a metodologia da pesquisa participante que se fundamenta na participação efetiva do pesquisador no campo de estudo. Dessa forma, a pesquisa será feita através da participação sistemática nas reuniões do PDRS-X ao longo do ano de 2013, nos debates das câmaras técnicas e nos conversas informais com os membros integrantes Comitê Gestor. Com base nessas informações a análise e descrição do estudo proposto serão orientadas pelo método etnográfico, conforme descrito por Roberto Cardoso de Oliveira (2000), no qual o olhar, ouvir e o escrever são atos cognitivos fundamentais, para produção do conhecimento.

O PDRS-X: ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL OU CAMPO DE PODER E DE LUTA.

O PDRS-X cuja representação se configura no CGDEX, com a representação dos diversos segmentos sociais, pode ser definido no âmbito desta discussão, como um “campo de luta” conforme apresentado por Pierre Bourdieu, ou campo de poder, o qual não pode ser confundido com o campo político. Para este sociólogo o campo de poder é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é colocado em questão. (2001, p.52).

Neste sentido as relações de poder discutidas por Bourdieu, (2001) não ocorrem de forma direta e declarada, elas se configuram no capital simbólico que é a concentração dos diversos tipos de capital, designados por este autor como capital cultural, político, físico, econômico e social. Portanto, as posições tomadas pelos agentes sociais representantes de um ou mais tipo de capital, manifestam-se com a autoridade legitimada pelo poder simbólico que lhes confere o discurso ideológico e a força das palavras, capazes de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. Assim, o poder simbólico é uma forma transfigurada e legitimada das outras formas de poder exercidas, de modo que garantem a eufemização ou dissimulação das relações de força e a violência que elas encerram sobre os sujeitos. (Bourdieu, 1998, p. 15).

No campo social essas relações estão representadas majoritariamente pela figura masculina, mesmo considerando o quadro atual da visível e crescente participação feminina nos diversos espaços sociais. Conforme aborda Bourdieu (2001) esta dominação está eufemizada nos discursos e práticas sociais através do capital cultural e simbólico.

Sendo o PDRS-X um campo social composto por homens e mulheres imbuídos da representação e defesa dos interesses e ideologias do grupo social que está inserido, pode-se compreender o sentido multidimensional que este campo social constitui. Para tanto, deve-se levar em conta a força do capital, seja cultural, político, econômico, físico e social que cada pessoa, ou agente social traz consigo. Lembrando que um agente pode ser portador de mais de um capital, o que na lógica do campo de poder e das relações de força potencializa e destaca sobremaneira, o seu posicionamento no campo social.

Neste contexto emergem as relações de gênero, onde os posicionamentos de homens e mulheres estão determinados pelo poder simbólico, cuja relação de força está dissimulada nos discursos e falas dos seus agentes, portadores de diversos capitais. Considerando que o capital cultural, político, econômico e social foi durante muito tempo, majoritariamente propriedade masculina, ou de domínio masculino pode-se mensurar que a participação feminina ainda é mitigada pelo não empoderamento dessas formas de capital.

Com este entendimento passamos a analisar a participação feminina e masculina nos espaços do PDRS-X, visto como um campo social multidimensional de posições, as quais se distribuem de acordo com o volume e a composição do capital que possuem, analisando como se dar a participação social e as relações de gênero neste campo de poder, tão bem representado pelos integrantes do CGDEX, o qual é constituído pelos segmentos dos Governos federal, estadual, municipal e da sociedade civil.

Observamos que a coordenação geral do CGDEX, cuja composição se dar pela representação dos Governos federal, estadual, municipal e sociedade civil é predominantemente masculina, mesmo quando houve oportunidade de se integrar à equipe de coordenação geral uma figura feminina, esta não foi convidada a compor a mesa, sendo praticamente ignorada a sua representação institucional. Também não explicaram porque optaram em substituir não somente a representação anterior, que porventura era masculina, mas principalmente a sua instituição a qual que representava a sociedade civil na coordenação geral. O fato de não proporcionar que essa mulher, continuasse pelo menos por um período fazendo parte da coordenação geral, pode ter outras leituras para além da tão sistemática e predominante dominação masculina. No entanto, no contexto desta discussão este fato pode perfeitamente ser analisado sob a perspectiva das relações de gênero, as quais se confrontam com as relações de poder configuradas na sociedade ocidental.

Apesar do avanço e da inserção feminina em diversos setores sociais, ocupando cargos estratégicos de decisão, de participação política e administrativa, observamos que esta posição feminina, ainda não está completamente reconhecida e valorizada. Esta leitura está fundamentada no estudo de Rose-Mari Lagrave (1987), quando trata da atuação da mulher na esfera social e política. Para ela, o fato das mulheres terem sido eleitas para cargos políticos, nas esferas partidárias ou sindicais, não significa que elas próprias absorveram esta posição, assumindo-a com liberdade e autonomia. Em situações de ordem decisiva, muitas vezes são levadas a agirem segundo os parâmetros da esfera social que sempre a desvalorizou. Daí a questão: o que fazem,

dizem e como agem as mulheres quando elas tomam a palavra politicamente. O que pensam de si mesmas e como elas se representam?

Para Beatriz Sarlo (1987), as formas de organização e de atuação feminina no espaço público, ressaltando que no curso da história as organizações de mulheres geralmente partem de uma experiência marcada pela privação tanto cultural quanto econômica. E, com base na experiência vivida, transformam essa realidade limitada em desejo de mudança e participação social, o qual fornece mecanismo para a organização e a ação política conjunta.

Nessas organizações elas não seguem nenhum modelo sistematizado, pedagógico ou profissional, mas agem movidas pela necessidade de transformação das suas realidades e do meio em que vivem, ela explica: “ *Na verdade, elas contribuem para o desenho de um modelo completamente diverso, no qual o sentimento de injustiça fornece uma base para a ação política e simbólica mais forte do que as certezas procedentes das concepções tradicionais ou intelectuais de política e sociedade*”.. (p. 182).

Por isso, as mulheres assumem práticas e discursos muitas vezes irredutíveis e fechados quando são questionadas sobre seus papéis sociais e suas estratégias de reivindicações. Resistindo e respondendo às necessidades imediatas elas se relacionam com a política por meio de suas experiências e, geralmente, não aceitam que contrariem as suas convicções e seu senso de justiça quando negociam suas propostas e reivindicações. Fundamentadas nestes princípios fazem do movimento um espaço de construção de identidades pelo reconhecimento de sua atuação como sujeitos constituintes do processo social.

Através da participação e inserção nas discussões que dizem respeito aos setores públicos, as mulheres descobrem que toda conjuntura, sócio-política, econômica, cultural, e até mesmo suas identidades são construídas historicamente por valores culturais, e, instituídas por estratégias de representação e *estigmatização*¹ de um sobre outros, as quais podem ser questionadas e transformadas.

Situando esta reflexão no âmbito do PDRS-X posto ao longo desta discussão como campo social, no qual se manifesta as relações de força, observamos os posicionamentos ideológicos, os discursos e as falas dos agentes sociais que o constitui, analisando as diferenças e as interlocuções destes elementos no contexto das relações de gênero e da posição sócio-histórica dos sujeitos e suas representações. Verificando o que difere na maneira de falar dos homens e das mulheres e os indícios que marcam essa diferença, os quais podem estar sendo orientados pelos

¹GOFFMAN explica como o termo estigma é utilizado na sua discussão sobre a identidade, fazendo referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade é uma linguagem de relações, não de atributos. Goffman, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**. 4ª. edição. Rio de Janeiro, editora Guanabara. 1988. p. 11.

determinismos biológicos (natureza feminina, corpo da mulher) ou sociais (papeis e condicionamentos sociais).

DISCURSOS MASCULINOS, FALAS FEMININAS: sujeito, ideologia e relações de gênero.

“Não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia” (Michel Pêcheux)

Esta diferença não pode ser analisada a partir dos estereótipos encontrados na maioria dos estudos sobre a linguagem e o sexo e sobre o comportamento verbal das mulheres e dos homens, conforme observam Aebischer e Forel ao apresentarem uma série de textos sobre às questões relativas a linguagem e ao sexo, (1991). Assim como essas autoras, também se pretende com este trabalho passar da pesquisa dos determinismos inatos ou adquiridos das diferenças homens\mulheres à pesquisa da função dessa diferença, ou seja, sua função tanto para aquele ou aquela que fala, quanto para aquele ou aquela que escuta ou observa. É, portanto na ordem das ideias e dos sentidos que estas evocam que se direcionamos esta análise.

Antes de aprofundarmos esta discussão e, tendo em vista a proposta central do trabalho, “discurso masculino, falas femininas,” registramos o sentido denotativo desses enunciados para ampliarmos esta compreensão para o campo das ideias e dos sentidos simbólicos que estes reproduzem. Assim, entende-se que a fala é a capacidade ou o uso da capacidade de emitir sons em algum padrão; enquanto o discurso é uma exposição metódica sobre certo assunto, e objetiva influir no raciocínio, nos sentimentos do ouvinte ou leitor. Desta forma a linguagem é a forma mais ampla da comunicação enquanto que a língua, a fala e o discurso são elementos que a subsidiam.

Segundo Orlandi (2006), diremos que a língua não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos, bem como da produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. Desse modo, “*o discurso é efeito de sentidos entre locutores*” (ORLANDI, 2007, p. 21).

Sendo a identidade pessoal como a identidade social² considerada como um mesmo fenômeno situado em diversos níveis de realização segundo as contingências

do contexto no qual o indivíduo está inserido. Assim, pode-se considerar que as identidades das mulheres integrantes das organizações sociais são constituídas e representadas a partir das categorias estigmatizantes que constroem delas mesmas, mas, sobretudo, daquelas construídas com base em valores e interesses do contexto sócio-cultural em que vivem.

Verifica-se portanto, que a dominação masculina ocorre, sobretudo, por meio do controle discursivo, pois aqueles que detêm o poder também controlam os discursos. E como afirma vanDijk (2008): controlar o discurso significa controlar mentes e ações. Nesse contexto, o homem, que é a elite simbólica, detém o poder, também simbólico, e promove, a partir do discurso sexista, separatista e discriminatório, a superioridade masculina e a inferioridade feminina.

Este, por sua vez, se apresenta como o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia. A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada

pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Ela não é, pois, ocultação mas função necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. Na verdade, é o efeito da separação e da relação necessária mostradas no mesmo lugar. Há uma contradição entre mundo e linguagem, e a ideologia é trabalho desta contradição.

. produzido e posto a circular em determinadas condições de produção e por um suporte material específico, no caso, as histórias em quadrinhos. Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Assumimos que

“as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”
. (ORLANDI, 2007, p. 42), isto é, de acordo com a formação discursiva ocupada pelo sujeito da enunciação, materializando as formações ideológicas

1

nas quais essas posições se inscrevem. Conforme a autora (idem, ibidem), o discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem:

“(…)

com o estudo do discurso observa-se o

homem falando (o que não quer dizer que o discurso é a fala, porque vai além)

(…)”

² O conceito de identidade social nos permitiu considerar a estigmatização. O de identidade pessoal nos permitiu considerar o papel do controle de informação na manipulação do estigma. GOFFMAN, op. cit. p. 177.

(ORLANDI,2007, p. 42). Pela análise de discurso, procuraremos compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua ideologia é o mecanismo que estrutura o processo de significação (ORLANDI, 2007, p. 96). Do prisma deste artigo, o mundo é significado pela ideologia, explicitada pela enunciação.

EDIÇÃO Nº 05 OUTUBRO DE 2013 ARTIGO RECEBIDO ATÉ
02/09/2013 ARTIGO APROVADO ATÉ 30/09/2013

www.uems.br/lem

história nas histórias em quadrinhos de Hagar, o terrível. Por essa via teórica, podemos conhecer o homem com capacidade de significar e significar-se. Como se verá, a Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem (social), língua e história. Para alcançar sentidos levaremos em conta a história do homem e seus processos, e as condições de produção do discurso, estabelecendo a relação da língua com os sujeitos, bem como com as situações em que se produz o dizer.

Conclusão

Falar da mulher ou da figura feminina onde quer que ela resplandeça é de alguma forma falar de mim mesma, do meu desejo e do meu inconsciente, pois o texto sempre fala de seu autor. (Ruth Brandão, 1995).

Animadas pelo desejo de participação e de contribuição social, e também coagidas para dar conta de mais uma responsabilidade, elas tendem a se inserir no campo do pensável politicamente para uma mulher. A questão que aí se impõe, não é mais a desigualdade de posição ou de voz, mas, à sua vez, repensar e desconstruir o pensar internalizado, reconstituindo a sua própria trajetória e reavaliando os meios e as formas, que a conduziram ao lugar que ora ocupa.